



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638636 - SP (2021/0001440-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AMORIM PRINCIPESSA - SP271727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SANDRO CARLOS DA COSTA LEONE (PRESO)
CORRÉU : MAIRON DE MOURA OLIVER
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SANDRO CARLOS DA COSTA LEONE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2217149-93.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de furto na modalidade qualificada.

O impetrante sustenta que o paciente, preso preventivamente, padece de constrangimento ilegal pelas razões seguintes: a) ausência dos requisitos legais para a custódia cautelar; b) fundamentação inidônea da decisão judicial hostilizada; c) riscos da covid-19 à população carcerária; e d) nulidade processual devido à demora na realização de exame de corpo de delito e de juntada do registro fotográfico do paciente, que foi agredido pelos policiais.

Requer “[...] confirmar a liminar e, após o processamento do presente feito, conceder definitivamente a ordem de habeas corpus, cessando-se de vez o constrangimento ilegal, com o reconhecimento da nulidade apontada e a consequente relaxação da prisão. Subsidiariamente, requer a concessão da liberdade provisória sem a fiança, ou, se for o caso, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do desembargador relator:

Vale dizer, existem indícios de que o paciente cometeu o crime de furto qualificado, em concurso com outro agente e mediante rompimento de obstáculo, subtraindo uma solda elétrica e uma máscara de solda, avaliados em R\$ 4.000,00 (fls.55/56), numa ação que traduz um considerável grau de culpabilidade da conduta. Além disso, o paciente ostenta condenações pela prática de furto qualificado (fls. 44/47), a denotar um quadro de reiteração na prática de crime. Quadro a indicar uma personalidade voltada para o crime, de sorte que a custódia cautelar é necessária para a garantia da ordem pública.[...].

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente